



A M

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO N.º AVP_CN_2017

Entre

A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL**, Instituição de Utilidade Pública Desportiva, contribuinte n.º 501982060, com sede na Avenida de França, n.º 549, 4050-279, Porto, aqui representada pelo seu Presidente, Álvaro Agostinho Fernandes Lopes, adiante designada como Primeira Outorgante,



E

A **ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PORTO**, com o contribuinte n.º 501940731, com sede na Rua António Pinto Machado, n.º 60 2º andar, 4100-068, Porto, representada neste acto pelo seu Presidente, Joaquim Manuel Oliveira Vilela, adiante designada por Segunda Outorgante,



Ambas em conjunto designadas como "Partes",

Considerando que:



- Pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, os apoios ou participações financeiras atribuídos pelas federações desportivas às associações regionais ou distritais nelas filadas, são obrigatoriamente titulados por contratos programa de desenvolvimento desportivo;



- A concessão de apoios mediante a celebração de contratos programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto;



- O apoio concedido via contratos programa de desenvolvimento desportivo visa uma maior coordenação da modalidade, para que uma política global, visando o Voleibol Nacional, possa ser cada vez mais efectiva;



De acordo com a legislação em vigor é celebrado o presente **Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo**, o qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objecto)

Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira, concedida pela Primeira Outorgante à Segunda Outorgante, referente a encargos relativos às primeiras fases dos Campeonatos Nacionais da III Divisão Masculina e Feminina, na época 2016/2017.



Cláusula Segunda (Período de execução do programa)

O prazo de execução do programa objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato programa termina em 31 de Julho de 2017.



A H

Cláusula Terceira (Comparticipação financeira)

1 - A participação financeira a prestar pela Federação Portuguesa de Voleibol à Associação de Voleibol de Porto, para apoio à execução do Programa referido na Cláusula 1.ª, é até ao montante máximo de **EUR 2.377,75** (Dois mil trezentos e setenta e sete euros e setenta e cinco cêntimos).



Cláusula Quarta (Disponibilização da participação financeira)

1 - A participação referida na Cláusula anterior será disponibilizada mediante pedido da Associação e apresentação dos respectivos documentos de despesa, e de acordo com a afectação de verbas do I.P.D.J. para o efeito.



2 - Os documentos de despesas deverão ser legalmente e fiscalmente aceites, em nome da Associação e deverá descrever de forma inequívoca a despesa que capeia. Deverão ser enviados também os seguintes documentos:



- Calendários
- Mapa das nomeações
- Cópia dos Boletins dos Jogos
- Cópia dos Documentos de Despesa e respectivos pagamentos aos Árbitros



Cláusula Quinta (Revisão da participação financeira)

A participação financeira prevista na Cláusula Terceira poderá ser reduzida de acordo com os valores reais da despesa apresentada à Primeira Outorgante no decorrer da época.



Cláusula Sexta (Obrigações da Associação)

São obrigações do Segundo Outorgante prestar todas as informações relativas ao acompanhamento da aplicação das verbas confiadas para o fim objecto do presente contrato-programa.



Cláusula Sétima (Obrigações fiscais, para com a Segurança Social e para com a Federação)

O Segundo Outorgante não poderá beneficiar de novos apoios financeiros por parte da Primeira Outorgante, sempre que se encontre em situação de incumprimento das suas obrigações para com a Segurança Social, Fisco ou para com a Federação Portuguesa de Voleibol.





Cláusula Oitava (Incumprimento das obrigações da Associação)

O incumprimento, por parte do Segundo Outorgante, das obrigações abaixo discriminadas, pode implicar a suspensão das participações financeiras da Primeira Outorgante:

- a) Das obrigações referidas nas Cláusulas 4ª, 5ª e 6ª do presente contrato-programa;
- b) Das obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol;
- c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
(JUVENTUDE | P



PARAVOLEI
voleibol sentado | involei



Cláusula Nona (Obrigação da Federação Portuguesa de Voleibol)

É obrigação da Federação Portuguesa de Voleibol verificar o exacto desenvolvimento do programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol que justificou a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução nos termos anteriormente definidos ou noutros que, no seu entender, sejam adequados ao mesmo fim.

Cláusula Décima (Vigência do Contrato)

O presente contrato-programa entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 31 de Dezembro de 2017.

Cláusula Décima Primeira (Disposições finais)

1 - Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato programa será publicitado na página electrónica da Federação Portuguesa de Voleibol.

Assinado no Porto, em 28 de Março de 2017, em dois exemplares, devidamente assinados e rubricados pelas partes, ficando um em posse de cada uma das partes.

Pela FPV

(Álvaro Agostinho Fernandes Lopes)

Pela Associação

(Joaquim Manuel Oliveira Vilela)